

# Superior Tribunal de Justiça

**RECLAMAÇÃO Nº 38.895 - PR (2019/0273394-5)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECLAMANTE : JEAN CARLOS DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : CLAUDIO DALLEDONE JÚNIOR - PR027347**  
**RAFAEL THOMAZ FAVETTI - DF015435**  
**GUILHERME MOACIR FAVETTI - DF048734**  
**RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

Trata-se de reclamação com pedido liminar ajuizada por JEAN CARLOS DOS SANTOS na qual se busca garantir a autoridade da decisão proferida pela Sexta Turma desta Corte, no HC n. 488.129/PR, de minha relatoria.

Depreende-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva do reclamante, cujo mandado de prisão foi cumprido no dia 4/1/2017.

Finda a instrução probatória, o reclamante foi pronunciado, como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, e no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

Pendente a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri, a Sexta Turma desta Corte, em sessão realizada no dia 26/3/2019, concedeu a ordem de *habeas corpus* em favor do reclamante, para reconhecer a nulidade do processo, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 47):

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE. ART. 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DETERMINAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE PROVAS. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PARA O ATO. NULIDADE ABSOLUTA CONFIGURADA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Nos termos do enunciado n. 523 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, "*no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu*". No caso, a ausência de nomeação de defensor ao paciente, por ocasião da realização das audiências de colheita antecipada de provas, deixou-o indefeso, em patente prejuízo e ofensa aos postulados do contraditório e da ampla defesa.

2. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão

# Superior Tribunal de Justiça

provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

3. O alegado excesso de prazo em virtude de reconhecimento de nulidade não pode ser apreciado como mera relação de causa e efeito, ou seja, o reconhecimento de eventual nulidade do processo não implica, automaticamente, o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

4. Ordem parcialmente concedida para reconhecer a nulidade do processo, em relação ao paciente, a partir das audiências de colheita antecipada de provas sem a presença de defensor do paciente. Recomendação expedida.

Aduz o reclamante que, *"porém, após a decisão deste A. STJ, passados mais de 5 (cinco) meses, absolutamente nenhuma providência foi tomada, sendo que o Reclamante encontra-se preso há mais de 2 anos e 8 meses, com o processo originário (cuja instrução foi inteiramente anulado) completamente paralisado"* (e-STJ fl. 9).

Dessarte, afirma estar configurado o descumprimento da decisão emanada desta Corte, pois, uma vez determinada a recomendação para que fosse imprimida celeridade ao feito, o processo não teve qualquer movimentação na origem.

Ao final, conclui aduzindo que *"há flagrante excesso de prazo na prisão impingida ao Reclamante, o que somente é remediável com a concessão da presente ordem de soltura, que permitirá ao acusado aguardar em liberdade o desenvolvimento do processo criminal desencadeado em seu desfavor"* (e-STJ fl. 14).

Requer, liminarmente, *"a revogação da prisão cautelar"* (e-STJ fl. 45).

É, em síntese, o relatório.

O pedido liminar formulado pelo reclamante, conforme consignado no relatório, busca o relaxamento da prisão cautelar que lhe foi imposta. Segundo a defesa, o constrangimento ilegal sustentado decorreria do descumprimento da determinação emanada desta Corte, no HC n. 488.129/PR, de minha relatoria, em que foi concedida a ordem para anular o processo e, por conseguinte, recomendado que se imprimisse celeridade ao feito.

Examinando as informações prestadas, verifica-se que o processo, quando concedida a ordem de *habeas corpus* acima referida, se encontrava no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, motivo pelo qual não se teria dado imediato andamento à

# Superior Tribunal de Justiça

ação penal.

Além disso, noticiou-se que (e-STJ fls. 231/232) :

Aos 23/09/2019 o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná determinou que este Juízo de Origem promovesse a criação de incidente processual na Ação Penal nº 0009946-40.2015.8.16.0069, junto ao Projudi em 1º grau, para imediato cumprimento da ordem concedida pelo Superior Tribunal do Justiça no HC 488.129/PR.

Aos 26/09/2019 a Serventia deste Juízo cumpriu a ordem e autuou, incidentalmente, a Ação Penal de Competência do Júri nº 0011349-05.2019.8.16.0069 em que figura como réu Jean Carlos dos Santos para designação de audiência para fins de nova colheita antecipada de provas, encontrando-se os autos com vistas ao Ministério Público.

Portanto, embora evidenciado o atraso para o cumprimento de parte da decisão oriunda desta Corte, não vislumbro, de plano, flagrante inobservância ao que fora determinado, nem o apontado excesso de prazo na segregação cautelar.

Assim, tendo em vista essas peculiaridades, **indefiro o pedido liminar**.

Uma vez já prestadas informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator